



Entrevista

Com Prof.^a Dr.^a Maria Ozanira da Silva e Silva¹

SS&S – Prof.^a Dr.^a Maria Ozanira, a senhora poderia nos contar como foi o seu encontro com o Serviço Social?

[...] Meu encontro com o Serviço Social se inicia efetivamente durante o desenvolvimento de minha graduação em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão, posteriormente transformada na Universidade Federal do Maranhão.

PROF.^a OZANIRA – Meu encontro com o Serviço Social se inicia efetivamente durante o desenvolvimento de minha graduação em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica do Maranhão, posteriormente transformada na Universidade Federal do Maranhão. Refiro-me ao período 1963 a 1966. Em 1967, após curta experiência como assistente Social da Cáritas Regional Brasileira e após passar por uma experiência da criação da Agência de Menores do Estado do Maranhão, ingressei, como professora da então Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. A partir de então, passei a me dedicar a atividades acadêmicas, com destaque ao ensino, à extensão e à pesquisa, iniciando uma carreira que me levou a construir um entendimento de que o sentido da Universidade deve se expressar por contribuições concretas para a melhoria da vida dos subalternizados da sociedade.

Nos primeiros anos de minha vida acadêmica tive uma atuação intensa em atividades de ensino na graduação do Serviço Social e em atividades de extensão universitária,

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Desenvolveu estágio pós-doutoral no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora Nível IA do CNPq. É professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP — www.gaepf.ufma.br), onde desenvolve pesquisas sobre Políticas Sociais, com destaque à Política de Assistência Social e os Programas de Transferência de Renda. Foi membro integrante do Comitê Assessor de Psicologia e Serviço Social junto ao CNPq (nas gestões 2003-2005 e 2008-2011) e representante adjunta da Área de Serviço Social na CAPES (gestões 2002-2004; 2005-2007). É autora de vários capítulos de livros, artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos nacionais e internacionais. Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v.14, n.1(19), p. 123-138, jan./jun. 2015 ISSN 1676-6806

[...]Nesse contexto de repressão, pouco espaço havia para uma prática mais crítica e questionadora. Lembro que a grande preocupação era com a técnica no fazer profissional. A dimensão política da ação profissional parecia não existir, ou pelo menos não era percebida. Trabalhava-se muito.

principalmente trabalhando com alunos em comunidades de São Luís e, posteriormente, atuando junto ao Centro de Treinamento Universitário da UFMA (CRUTAC) que desenvolveu, durante muitos anos, trabalhos comunitários nas cidades de Pedreiras e de Codó no Maranhão. Esses trabalhos em comunidades eram muito significativos por representarem a possibilidade de estreitamento da presença da Universidade na sociedade local, ao mesmo tempo, funcionavam como espaço da realidade social para aplicação de teorias ministradas na sala de aula. Nesse sentido, lembro que a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, que ministrei por vários anos (foi uma das disciplinas que mais me marcou), apresentava um conteúdo importante para fundamentar e referenciar esses trabalhos. Vivíamos no contexto de intensa repressão da ditadura militar, e nele até a bibliografia que se tinha acesso era limitada e censurada. Nesse contexto de repressão, pouco espaço havia para uma prática mais crítica e questionadora. Lembro que a grande preocupação era com a técnica no fazer profissional. A dimensão política da ação profissional parecia não existir, ou pelo menos não era percebida. Trabalhava-se muito. Havia uma preocupação com a participação social, mas essa era entendida mais como aceitação do que nos era imposto; era mais legitimação do Governo da ditadura e dos pacotes impostos pelos Estados Unidos. Eu diria que nesse momento, já integrada à vida acadêmica, desenvolvi um desempenho profissional, mesmo que dedicado e comprometido, mas marcado por uma perspectiva de certo modo ingênua.

Esse ciclo é redimensionado e aprofundado a partir de meados dos anos 1980, quando na sociedade se aprofundava uma dinâmica política de enfrentamento à repressão da Ditadura Militar, instituída em nosso país em 1964. É a partir de minha inserção no doutorado (1984-1987) que vivencio um avanço

significativo na minha formação e atuação crítica, quer na sala de aula, nas pesquisas e na atuação profissional e política junto a movimentos sociais por moradia. Posso dizer que venho, então, construindo uma maturidade acadêmica que se amplia e se aprofunda no contexto dos anos 1990, a partir de um processo que não é linear, nem fácil, mas produto de um trabalho comprometido com a construção e divulgação de um conhecimento que seja disponibilizado para a sociedade.

[...] Minha atuação profissional e política foram marcadas pela inserção em movimentos sociais, como também na organização dos profissionais do Serviço Social.

Esse foi um momento acadêmico e político muito rico para mim. Revi minhas referências teórico-metodológicas de modo mais aprofundado e consciente; vivenciei intensamente, de forma inserida e comprometida, o movimento de redemocratização da sociedade brasileira; ampliei muito dos meus contatos e interlocuções no campo do Serviço Social e das Ciências Sociais no Brasil e me firmei pela minha produção acadêmica com publicação de livros numa editora conceituada do sul do país, a Editora Cortez, abrindo os caminhos para minha trajetória acadêmica posterior. Diria mesmo, foi um período em que tive contato aprofundado e extenso com paradigmas teóricos e metodológicos progressistas, destacando os estudos de Marx e de outros autores relevantes no campo marxista, o que me embasou e transformou minhas referências adotadas até então. Minha atuação profissional e política foram marcadas pela inserção em movimentos sociais, como também na organização dos profissionais do Serviço Social. Nesse período, o Serviço Social já desenvolvia um processo de rompimento com sua prática profissional conservadora e formulava o que denominei de Projeto Profissional de Ruptura no livro **O Serviço Social e o Popular**, publicado pela Cortez Editora em 1995, encontrando-se na 7ª edição, com várias reimpressões. Assim, posso dizer que nos anos 1980 alcancei uma maturidade acadêmica que se amplia e se aprofunda cada vez

[...]Assim, posso dizer que nos anos 1980 alcancei uma maturidade acadêmica que se amplia e se aprofunda cada vez mais no contexto dos anos 1990 e nos anos atuais. Esse não foi um processo linear, nem fácil. É produto de uma construção que está sempre em processo, de muito trabalho e de compromisso.

Nessa trajetória, quero destacar a centralidade de minha participação e contribuição junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, desde 1990, a partir de quando coordenei uma comissão de docentes da UFMA cujos trabalhos culminaram, em 1993, com a criação do Mestrado em Políticas Públicas [...]

mais no contexto dos anos 1990 e nos anos atuais. Esse não foi um processo linear, nem fácil. É produto de uma construção que está sempre em processo, de muito trabalho e de compromisso.

Esse processo é enriquecido com um ano e meio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas na UNICAMP; com a criação, juntamente com outros professores e alunos, do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas de Direcionadas à Pobreza (GAEPP), em 1996, a partir de quando passo a vivenciar a riqueza do trabalho coletivo para construção do conhecimento; com minha participação na luta dos pesquisadores maranhenses para a criação da então Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA), da qual fui o primeiro membro coordenador do Comitê de Ciências Humanas e Sociais, posteriormente integrando seu Conselho Superior; com minha aproximação ao CNPq, participando de muitos editais para financiamento de pesquisas, culminando com minha integração como membro titular, durante dois mandatos, do Comitê Assessor de Psicologia e Serviço Social, quando muito aprendi sobre a pesquisa em nível nacional; com minha participação na CAPES, como coordenadora adjunto da Área de Serviço Social em dois mandatos e com a participação contínua em cinco avaliações trienais.

Nessa trajetória, quero destacar a centralidade de minha participação e contribuição junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, desde 1990, a partir de quando coordenei uma comissão de docentes da UFMA cujos trabalhos culminaram, em 1993, com a criação do Mestrado em Políticas Públicas, sendo sua primeira coordenadora; encaminhei, ainda em 1993, a criação da Revista de Políticas Públicas, hoje uma Revista de alcance internacional, classificada com A2 no *Qualis* da

[...]Desse rico processo, vivenciado sempre a partir de minha formação de assistente social, consolidei uma lição de vida: o trabalho na academia só tem possibilidade de avanço quando desenvolvido coletivamente e quando comprometido com a instrumentalização dos movimentos sociais por mudança em direção a uma sociedade mais justa e mais igualitária

CAPES; coordenei a Comissão que elaborou a proposta de transformação do Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, culminando com a implantação do Doutorado em 2001; coordenei a criação e implantação da série Jornada Internacional de Políticas Públicas iniciada em 2003, tendo sua 7ª edição programada para 2015 e, além de ter sido coordenadora em vários mandatos, participei e ainda participo efetivamente desse Programa que considero ser uma importante contribuição ao Serviço Social brasileiro e a outras disciplinas afins.

Nessa trajetória profissional é importante ressaltar que a minha contribuição à graduação em Serviço Social vai além do desenvolvimento das disciplinas que ministrei em sala de aula. Toda a minha participação em atividades de pesquisa e na produção e divulgação do conhecimento, mediante minhas publicações, representam uma contribuição efetiva ao ensino da graduação em todo o Brasil. Apraz-me saber que vários dos meus livros e artigos publicados constituem material utilizado em cursos de graduação e pós-graduação em todo o país.

Desse rico processo, vivenciado sempre a partir de minha formação de assistente social, consolidei uma lição de vida: o trabalho na academia só tem possibilidade de avanço quando desenvolvido coletivamente e quando comprometido com a instrumentalização dos movimentos sociais por mudança em direção a uma sociedade mais justa e mais igualitária.

SS&S – A senhora é uma autoridade no campo de conhecimento do Serviço Social, tendo fundamental importância nos debates sobre pobreza, Políticas Sociais, com destaque à Política de Assistência Social e Programas de Transferência de Renda no país. A senhora poderia tecer uma análise sobre os desafios postos à Política de Assistência Social e aos Programas de Transferência de Renda no país?

PROF.^a OZANIRA – Para responder a essa pergunta, coloco

[...]sabemos que o enfrentamento da pobreza no Brasil vem sendo orientado por uma lógica, de um lado, representada pela adoção de um conjunto desarticulado, insuficiente e descontínuo de programas sociais compensatórios, que, na década de 1990, passaram a se orientar pelos princípios da “focalização”, da “descentralização” e da “parceria”, assentados no ideário neoliberal, movido pela ideologia da “solidariedade” e da reedição da filantropia e da caridade, estendida ao âmbito empresarial.

inicialmente uma reflexão que tenho desenvolvido: sabemos que o enfrentamento da pobreza no Brasil vem sendo orientado por uma lógica, de um lado, representada pela adoção de um conjunto desarticulado, insuficiente e descontínuo de programas sociais compensatórios, que, na década de 1990, passaram a se orientar pelos princípios da “focalização”, da “descentralização” e da “parceria”, assentados no ideário neoliberal, movido pelo ideologia da “solidariedade” e da reedição da filantropia e da caridade, estendida ao âmbito empresarial. De outro lado, é mantido o Modelo Econômico baseado na sobre-exploração do trabalho e na concentração da riqueza socialmente produzida. No que pese alguma melhoria em indicadores sociais (emprego, elevação da renda do trabalho, diminuição de índices principalmente de indigência), mormente a partir do início dos anos 2000, a elevada concentração de renda e de propriedade ainda é uma marca histórica da sociedade brasileira.

Nesse processo, nós, assistentes sociais, temos tido uma intensa participação.

Importa, ainda, ressaltar que as determinações estruturais da pobreza certamente não serão enfrentadas tão somente pelas políticas sociais, muito menos se estas forem desarticuladas das políticas econômicas, com secundarização da área social, desconsiderando que o desenvolvimento econômico não se faz sem desenvolvimento social e que este não pode prescindir do progresso econômico.

Sobre a Política de Assistência Social é inegável sua estruturação e avanço, culminando com a criação, em 2004, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), alargando o espaço profissional para atuação dos assistentes sociais. Todavia, o grande desafio é a própria implantação e implementação do SUAS num país continental, marcado por realidades diversas, com destaque às raízes culturais

[...]O desafio é também instituir condições organizacionais e materiais para fazer operar o SUAS; é manter um quadro de profissionais estável, qualificado, bem remunerado e condições essenciais para atendimento adequado da população que precisa e procura os serviços.

conservadoras enraizadas nos mais de cinco mil municípios brasileiros, na sua maioria de pequeno porte, com uma população inferior a 10.000 habitantes, cujo principal desafio é a ultrapassagem do favor que marcou a história da Assistência Social no Brasil para uma perspectiva de direito, reconhecida pelos usuários dos programas, pelos profissionais executores e pela própria sociedade. O desafio é também instituir condições organizacionais e materiais para fazer operar o SUAS; é manter um quadro de profissionais estável, qualificado, bem remunerado e condições essenciais para atendimento adequado da população que precisa e procura os serviços.

No contexto da proteção social básica da Política de Assistência Social se situam os programas de transferência de renda, com destaque ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), direcionado para idosos a partir de 65 anos de idade e a pessoas com deficiências que as incapacita para o trabalho, ambos vivendo em famílias com renda per capita familiar inferior a ¼ do salário mínimo e o Bolsa Família destinado a famílias com renda per capita familiar inferior a R\$ 154,00, merecendo destaque pelo seu alcance massivo.

O Bolsa Família completou, em 2013, dez anos de implementação. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou um livro denominado “**Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**”, estruturado em 29 capítulos de diversos autores. Claro que o livro realça o que o Programa apresenta de mais positivo, como impactos na economia, na educação, na saúde, na situação da mulher, nas economias locais, principalmente dos pequenos municípios, a repercussão internacional do Programa, entre outros aspectos.

Como pesquisadora das políticas sociais no Brasil, desde os anos 1980, gostaria de ressaltar alguns aspectos. Não resta dúvida que nenhum programa social alcançou o patamar do

[...]Todavia, programas sociais, como o Bolsa Família, podem ser capazes de incluir pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo, porém de uma forma marginal e precária, mantendo um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, em situação de mera reprodução.

Bolsa Família no Brasil por atender a mais de 14 milhões de famílias, o que representa cerca de um quarto da população brasileira, encontrando-se presente em todos os municípios. O Programa também contribui para certos ganhos sociais no país, como a diminuição da pobreza, mas principalmente da indigência e, em pequena proporção, da desigualdade, como é revelado por vários estudos²; para a maior inclusão de crianças e adolescentes em escolas e diminuição da evasão escolar, embora não sejam registrados estudos que evidenciem melhorias consistentes na qualidade do ensino; para diminuição do trabalho infantil e da mortalidade infantil; melhoria das condições nutricionais dos mais pobres, embora seja verificado que as maiores mudanças são restritas às populações que vivem em extrema pobreza (renda per capita familiar de até R\$ 77,00). Como costume dizer, o Bolsa Família tem contribuído para o incremento do consumo, mesmo que marginal dos segmentos mais empobrecidos da população brasileira, com destaque às regiões Nordeste e Norte. Todavia, programas sociais, como o Bolsa Família, podem ser capazes de incluir pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo, porém de uma forma marginal e precária, mantendo um segmento de indigentes ou de pobres “integrados”, em situação de mera reprodução. Assim tem-se uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres, permitindo o funcionamento da ordem com o controle social e favorecendo a legitimação política de governos.

Sobre críticas que circulam a respeito do Bolsa Família, tenho verificado fundamentos atrelados a uma percepção conservadora das pessoas e da sociedade. Entre as críticas

² Silva, Maria Ozanira da Silva e. Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos, 2ª ed.

São Paulo: Cortez, 2014.

Serv. Soc. & Saúde, Campinas, SP v. 14, n. 1 (19), p. 123-138, jan./jun. 2015 ISSN 1676-6806

[...]A grande maioria dos adultos de famílias beneficiárias do Bolsa Família expressa claramente que prefere ter um trabalho digno e estável para sustentar suas famílias e a maioria deles está inserida em trabalhos, claro que, predominantemente, precários, devido a suas próprias condições e qualificações [...]

mais frequentes, tem-se: o pobre não sabe fazer uso adequado dos recursos recebidos; passariam a ter mais filhos; geraria acomodação, dependência e desestímulo ao trabalho e contribuiria para os processos eleitorais. Ressalto que essas críticas desconsideram os limites estruturais do Programa, representados principalmente por sua desvinculação de medidas estruturantes capazes de se direcionar para o enfrentamento das determinações estruturais geradoras da pobreza, como a exploração a que os trabalhadores são submetidos na nossa sociedade, a concentração da riqueza socialmente produzida e a concentração da propriedade.

Sobre as críticas referidas que circulam nos meios de comunicação e no senso comum das pessoas, estudos revelam se tratar de manifestações conservadoras e sem sustentação empírica, visto que mais de 70% dos recursos do Bolsa Família são usados para compra de alimentação, além da compra de material escolar, de remédios e pagamento de contas das famílias. A grande maioria dos adultos de famílias beneficiárias do Bolsa Família expressa claramente que prefere ter um trabalho digno e estável para sustentar suas famílias e a maioria deles está inserida em trabalhos, claro que, predominantemente, precários, devido a suas próprias condições e qualificações; a fecundidade no Brasil, conforme dados dos Censos nacionais desenvolvidos a cada dez anos pelo IBGE, tem caído significativamente, principalmente entre as famílias pobres, passando de uma média de 6,2 filhos por família em 1950 para 1,9 filhos por família em 2010, inclusive, de 2000 para 2010, com sete anos de implementação do Bolsa Família, a taxa de fecundidade no Brasil passou de 2,4 filhos para 1,09; quanto a criação de “eleitores cativos”, é preciso considerar que toda ação do poder público tem repercussão eleitoral. O problema é quando um determinado programa é usado com fins eleitoreiros, como moeda de troca,

[...]os desafios que as políticas sociais brasileiras, espaço privilegiada de atuação dos assistentes sociais, apresentam para nossa prática profissional é, sobretudo, ter clareza dos seus limites e saber utilizar suas potencialidades como espaços de construção de direitos para atendimento de necessidades básicas da população que a elas recorrem, transformando a prática cotidiana também em espaços políticos de organização e formação de consciência para construção de uma sociedade inclusiva para todos.

portanto é uma ingenuidade pensar que um programa, do alcance do Bolsa Família, não tenha repercussão eleitoral, pois as famílias beneficiárias podem se valer das eleições como um canal de expressão de sua aprovação ao programa que, segundo elas, está atendendo a necessidades básicas de suas vidas, o que é absolutamente legítimo e esperável.

Além do reconhecimento dos limites estruturais do Bolsa Família já mencionados, considero que alguns aspectos devem ser melhorados no Programa, entre os quais destaco: incremento da renda para inclusão de famílias, hoje fixada uma renda per capita familiar de até R\$ 154,00, que considero muito baixa, excluindo ainda muitas famílias que vivenciam situação de extremas dificuldades; considero também que os benefícios monetários transferidos para as famílias beneficiárias, além de fragmentados em diversos tipos de benefícios variáveis, são ainda muito baixos para atender a necessidades essenciais da vida das famílias, além do que os serviços de educação e saúde ofertados à população brasileira, entre estes os beneficiários do Bolsa Família, precisam melhorar muito, sobretudo na sua qualidade.

Em síntese os desafios que as políticas sociais brasileiras, espaço privilegiada de atuação dos assistentes sociais, apresentam para nossa prática profissional é, sobretudo, ter clareza dos seus limites e saber utilizar suas potencialidades como espaços de construção de direitos para atendimento de necessidades básicas da população que a elas recorrem, transformando a prática cotidiana também em espaços políticos de organização e formação de consciência para construção de uma sociedade inclusiva para todos.

SS&S – Na sua opinião, quais têm sido as principais contribuições do Serviço Social na atualidade?

PROF.^a OZANIRA – Na resposta a essa questão, o primeiro

ponto que destaco é a própria natureza da nossa ação profissional que nos coloca frente a frente com a realidade social vivenciada por grande parte dos segmentos da população submetidos à exploração e à subalternidade na nossa sociedade. Nossa convivência, no nosso cotidiano profissional, quer seja com os que nos buscam nos espaços institucionais onde atuamos, quer com movimentos e organizações sociais, nos permite compreender mais criticamente a realidade onde atuamos fundamentando a própria contribuição do Serviço Social para a realidade brasileira e, sobretudo, o significado do bloco heterogêneo e contraditório a que eu denomino de **campo popular**. Sem essa convivência não seria possível entender nem tão pouco contribuir para o avanço da vertente de ruptura desenvolvida no interior do Serviço Social, nos anos 1980, seguido dos anos 1990 até a atualidade. Essa realidade tende a fazer com que o assistente social seja um profissional que busca romper com posturas acomodadas, mantenedoras e conservadoras, largamente presentes na nossa sociedade, valorizando e acreditando no poder de pressão dos setores populares, embora, como digo, não se trata de um grupo homogêneo, nem necessariamente progressista no todo das questões sociais. Mas é o único grupo que traz a intensidade da exploração e da opressão que tem marcado a sociedade capitalista. Como tal, é o único grupo a quem interessa questionar e mudar essa sociedade de desigualdade e de falta de oportunidades. Por conseguinte, a primeira contribuição do Serviço Social na atualidade se concretiza mediante a natureza do nosso agir profissional que deve ser crítico e apontar para mudanças que atendam a parcela da população mais explorada.

[...]a primeira contribuição do Serviço Social na atualidade se concretiza mediante a natureza do nosso agir profissional que deve ser crítico e apontar para mudanças que atendam a parcela da população mais explorada.

Isso significa construir uma história que só tem sentido se for assumida mediante compromisso com a construção de uma

[...]Desde os anos 1980, o Serviço Social tem se consolidado como disciplina capaz, não só de intervir na realidade social, mas também de contribuir, mormente, para conhecer o desvendamento das contradições da realidade social e das políticas sociais, disponibilizando uma ampla bibliografia para os assistentes sociais e para outros profissionais, principalmente das áreas da Ciências Sociais e Humanas.

sociedade mais democrática, mais humana e mais justa. Somos a única profissão que coloca, explicitamente, no seu Código de Ética, um compromisso com as classes sociais subalternizadas da nossa sociedade, a quem nós, no cotidiano do pensar e do fazer profissional, denominamos de **classes populares**

Partindo dessa referência, convém destacar que nossa atuação profissional se tem efetivado, historicamente, em três espaços: no âmbito do Estado; junto a Organizações Não-Governamentais e numa relação direta de apoio e assessoria aos movimentos sociais populares e a sindicatos de trabalhadores. É para esses segmentos que devemos continuar direcionando nosso agir profissional no sentido de estar contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária. Isso só alcançaremos com competência profissional, com resistência a qualquer forma de descaso em relação ao bem-estar da população brasileira e com o compromisso político de efetivamente construirmos, com todos os trabalhadores brasileiros, a sociedade que queremos e que precisamos, enquanto cidadãos vivos e atuantes desse nosso Brasil.

Como o Serviço Social, a partir do processo de sua reconceituação, tem conseguido avançar significativamente para o rompimento da herança que o conservadorismo impôs à nossa profissão, limitando nosso trabalho profissional às ações de intervenção na sociedade, nossa contribuição também se ampliou significativamente no campo da construção e disseminação do conhecimento. Desde os anos 1980, o Serviço Social tem se consolidado como disciplina capaz, não só de intervir na realidade social, mas também de contribuir, mormente, para conhecer o desvendamento das contradições da realidade social e das políticas sociais, disponibilizando uma ampla bibliografia para os assistentes sociais e para outros profissionais, principalmente das áreas da Ciências

[...] as contribuições do Serviço Social na atualidade se expressam pela crescente demanda por assistentes sociais para inserção e atuação em muitos campos de trabalho, onde apresentam contribuições que os qualificam como profissionais capazes de compreender e de participar dos ciclos de mudança que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

Sociais e Humanas. De modo que a literatura científica, já significativa, produzida por pesquisadores assistentes sociais, circula não só no Brasil, mas também em países da América Latina, da África e da Europa, principalmente aqueles de língua portuguesa. Essa maturidade profissional e acadêmica do Serviço Social brasileiro decorreu e foi acompanhada de grande expansão de programas de pós-graduação, fazendo com que constitua hoje uma subárea do conhecimento, vinculada às Ciências Sociais Aplicada tanto no CNPq como na CAPES.

Em síntese, as contribuições do Serviço Social na atualidade se expressam pela crescente demanda por assistentes sociais para inserção e atuação em muitos campos de trabalho, onde apresentam contribuições que os qualificam como profissionais capazes de compreender e de participar dos ciclos de mudança que vêm ocorrendo na sociedade brasileira. Expressão também relevante dessa contribuição é a construção de conhecimentos sobre a realidade social e sobre as políticas sociais, disponibilizados para fundamentar práticas profissionais e instrumentalizar as práticas sociais direcionadas para o controle social das políticas públicas e para ações que possam contribuir para a construção de uma sociedade onde os sujeitos sociais subalternizados possam ser protagonistas de mudanças sociais.

SS&S – Quais são os principais desafios postos à profissão na contemporaneidade?

PROF.^a OZANIRA – Para falar dos desafios postos para a profissão na contemporaneidade, precisamos inicialmente considerar que estamos vivenciando uma realidade de inserção progressiva de assistentes sociais em programas sociais, principalmente com o destaque que o Estado brasileiro vem atribuindo a Política de Assistência Social, culminando com a

Outro desafio, [...] é a necessidade de ampliação e manutenção de uma capacitação profissional continuada, em termos teórico-metodológicos, instrumentais e políticos, de modo a garantir a competência e o compromisso profissional [...]

criação do Sistema Único de Assistência Social e a ampliação dos programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família. Essa demanda coloca, necessariamente, o desafio de estarmos preparados, técnica e politicamente, para atuar com competência e para tratarmos o público atendido pelos serviços que prestamos como sujeitos portadores de direitos.

Outro desafio, inclusive decorrente da primeira colocação, é a necessidade de ampliação e manutenção de uma capacitação profissional continuada, em termos teórico-metodológicos, instrumentais e políticos, de modo a garantir a competência e o compromisso profissional a que já me referi. Isso também para que tenhamos condições de enfrentar um outro desafio a que estamos submetidos: a precarização do nosso trabalho, marcada pela instabilidade de contratos, baixos salários, falta de condições de trabalho, trabalhos repetitivos e rotineiros. Tem me chamado a atenção que a demanda crescente por assistentes sociais para integrar equipes de vários programas (ações desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), por conta da implantação SUAS, Bolsa Família, Estratégia Saúde da Família, entre muitos outros) e áreas do conhecimento, como a área jurídica e outras, não tem sido acompanhada de valorização do profissional de Serviço Social, sendo mantida, em grande escala, a precarização de nosso trabalho e, sobretudo, baixas remunerações. Precisamos nos opor e não aceitar essa realidade, mas apresentando o diferencial da competência.

Uma outra constatação que termina por instituir um desafio fundamental para o nosso fazer profissional é o que considero um distanciamento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, que parece encontrar-se explícito e

[...] Finalmente, destaco como desafio que perpassa a cada um de nós, enquanto assistente social, e, principalmente a profissão enquanto coletivo, a proliferação do ensino a distância que, certamente, nos fará crescer em número, mas nos enfraquece, cada vez mais, na qualidade de nossa prática profissional, ou seja, debilita o que eu vinha indicando como condição fundamental para nosso reconhecimento e para o enfrentamento dos desafios apontados – a competência profissional.

consolidado no campo da formação profissional desde a década de 1990, do fazer da prática profissional cotidiana. Pressuponho que a formulação desse Projeto parece não ter sido devidamente acompanhada de condições para formularmos e transmitirmos um corpo teórico-metodológico e instrumental capaz de operar a proposta que fomos capazes de elaborar, fundada no compromisso de encaminharmos uma prática de fortalecimento dos sujeitos sociais, o público com o qual nos defrontamos na nossa prática institucional ou fora dela.

Finalmente, destaco como desafio que perpassa a cada um de nós, enquanto assistente social, e, principalmente a profissão enquanto coletivo, a proliferação do ensino a distância que, certamente, nos fará crescer em número, mas nos enfraquece, cada vez mais, na qualidade de nossa prática profissional, ou seja, debilita o que eu vinha indicando como condição fundamental para nosso reconhecimento e para o enfrentamento dos desafios apontados – a competência profissional. Não estou falando da competência enquanto sinônimo de mera eficiência técnica, mas de competência enquanto aquele diferencial capaz de dar forma e consolidar um agir profissional de qualidade, comprometido com a construção de uma sociedade para todos.

SS&S – Finalizando a entrevista, agradecemos sua disponibilidade e a convidamos a deixar uma mensagem aos leitores da Revista?

PROF.^a OZANIRA – A mensagem que gostaria de deixar é de reconhecimento da importância da participação dos assistentes sociais nas lutas sociais pela construção de uma sociedade, como já disse, justa e mais igualitária, onde o pobre seja visto e tratado como sujeito portador de direitos e não seja responsabilizado pelo seu estado de pobreza e pela superação da situação que vivencia, produto da exploração sobre a qual a

[...] destaque que nossa inserção na profissão e na sociedade requer compromisso e também competência profissional técnica e política para agir com conhecimento teórico-metodológico no nosso fazer profissional cotidiano.

sociedade onde vivemos se organiza para produzir coletivamente, mas para distribuir para poucos o produto da riqueza. Porém, destaque que nossa inserção na profissão e na sociedade requer compromisso e também competência profissional técnica e política para agir com conhecimento teórico-metodológico no nosso fazer profissional cotidiano.

São Luís, fevereiro de 2015

Maria Ozanira da Silva e Silva

Recebido em 05.06.2015 – Aprovado em 15.06.2015